

A obra tem como base a seleção de 32 artigos, publicados em diferentes contextos e línguas, alguns dos quais já acessíveis em publicações e língua portuguesas, no período temporal entre 1979 e 2018. Os capítulos são ordenados cronologicamente e apresentam variações: ora incidem sobre contextos geográficos e culturais específicos, ora são de natureza mais teórica e conceptual; ora são mais amplos refletindo sobre o setor dos media, ora têm como enfoque a informação e o jornalismo. Espelham os interesses investigativos do autor e áreas maiores dos seus contributos sobre os media no espaço público.

De facto, o livro mostra a evolução do pensamento do professor sobre o setor dos media neste lapso temporal de 40 anos. A sua análise e reflexão ancoram-se no epicentro de algumas das alterações mais estruturais, profundas e rápidas dos media que pudemos testemunhar, o que designa, aliás, por “revolução dos media”, perscrutando o seu impacto em várias dimensões e sobre os indivíduos e a sociedade.

O livro aponta vários caminhos e problemáticas atuais e relevantes que não seria possível abarcar, na sua amplitude, nesta apresentação. Em alternativa, procurei identificar aquelas que me parecem linhas de força do pensamento que o autor desenvolve ao longo destes 40 anos e que se espelham, a meu ver, nos textos aqui coligidos. Assim, a apresentação organiza-se nos seguintes pontos.

\* em primeiro lugar, centro-me na triangulação proposta no título

\* depois, organizo a minha leitura pessoal em quatro pontos principais:

- 1) A evolução da paisagem mediática no sentido do comercialismo
- 2) A situação precária dos produtores de informação em termos profissionais e ao nível da formação
- 3) As representações jornalísticas veiculadas pelos media no sentido da “canardização”
- 4) Os desequilíbrios de poder

Sobre o título: *Media, Informação e Democracia*

A perspetiva do autor é simultaneamente normativa e fundada na observação da realidade, que muito bem documenta: a democracia fica comprometida se os media forem vistos apenas segundo uma lógica de negócio e mercado e os públicos reduzidos ao estatuto de espectadores, *voyeurs*, consumidores.

Para o autor, por um lado, há uma interdependência entre autonomia da informação e os avanços do sistema democrático, a qualidade da informação e a solidez da democracia. Considera precisamente como valores fundamentais dos media a liberdade de imprensa, a independência e o pluralismo.

Por outro lado, como escreve no capítulo “Que audiovisual público?”, 1996, p. 97: **“Quer o pensamento economicista liberal dominante o queira ou não, há uma dimensão cultural e política nas suas emissões [dos canais audiovisuais] que a própria noção de democracia, no sentido pleno da palavra, proíbe de entregar unicamente às leis do mercado”**.

Uma preocupação de fundo expressa em vários dos capítulos é perceber qual o papel que os media desempenham na inserção dos seus públicos na vida da *polis*. Uma inserção que faz de cada indivíduo um cidadão.

É também neste quadro que defende o serviço público de media, pautado pela qualidade da programação e pela autonomia, uma alternativa face aos meios comerciais e à lógica da concorrência. Serviço esse que deverá ser de acesso generalizado pela população e tendencialmente gratuito.

O autor preconiza que a hegemonia das leis de mercado constitui uma ameaça para a democracia. No artigo “Os media e a exclusão”, na p. 124, propõe **“reler o papel do Estado no setor dos media. Media que seria preciso deixar de considerar como simples indústrias ou como meros produtos destinados a um mercado, mas como empresas de serviço público. Empresas ao serviço dos cidadãos de uma sociedade cujo funcionamento democrático conduziria à integração dos seus membros e não à exclusão de um número cada vez maior deles...”**.

Prossigo a minha leitura pessoal identificando um conjunto de problemáticas principais tratadas pelo autor.

### 1) A evolução da paisagem mediática no sentido do comercialismo

Como referi, uma parte dos artigos reflete sobre as alterações profundas da paisagem mediática, que o autor observa no centro da Europa a partir da década de 1970, mas que também chegarão, ainda que um pouco mais tardiamente, a Portugal.

\* desmonopolização e desregulamentação dos setores dos media e das comunicações, com os consequentes aumento e diversificação da oferta, um certo declínio dos media “grande público”, a que corresponde a fragmentação dos públicos

\* intensificação da concorrência e do domínio da lógica de mercado

\* concentração da propriedade dos media significativos em conglomerados plurimedia e transnacionais

\* entrada no setor de empresas sem ligação à atividade dos media e oriundas, nomeadamente, da indústria e do setor financeiro

\* alteração do modelo de negócios dos media: acentua-se a dependência da publicidade, problemática quando o “bolo publicitário” tem de ser repartido por um número crescente de meios, mas as subscrições tornam-se uma fonte de receitas crescentemente relevante. Reconhece-se também o erro fatal que constituiu o modelo da gratuitidade nos inícios dos websites informativos e que hoje os media procuram, com muita dificuldade, reverter.

No capítulo “Do jornal de ontem ao ecrã de amanhã”, publicado originalmente no *Expresso* em 1984, na p. 55, escreve: **“está a desenrolar-se uma revolução sob os nossos olhos. Uma revolução que avança em dois sentidos opostos: especialização e transnacionalização, pelo que o leitor, o ouvinte ou o espectador viverá cada vez mais uma inconfortável situação de dualidade: no círculo fechado do seu grupo social, do seu horizonte cultural e / ou do seu espaço geográfico, mas também numa “aldeia planetária” que lhe será ao mesmo tempo estranha e familiar, próxima e distante. Promotores desta revolução no modo de (se) informar e de comunicar: os aparelhos de Estado e os grandes grupos financeiros e industriais. Uma linha de conduta os norteia: o poder – poder político, poder económico, poder *tout court*. Pelo que o destino desta revolução no mundo dos media será implacavelmente determinante sobre o destino dos homens. E sobre o destino das nações. Porque uma nação que perde o controlo dos seus media perderá, inevitavelmente, a sua identidade cultural, a sua identidade nacional...”**. Pensamento que ressoa outro do norte-americano Herbert Schiller, que cita noutro capítulo: **“uma nação cujos media são dominados por estrangeiros não é uma nação”**.

Por seu turno, a concentração contribui para a diminuição do pluralismo interno e externo, com tendência para serem amplificadas as ideologias e posições dominantes e silenciadas perspectivas alternativas.

## 2) A situação precária dos produtores da informação em termos profissionais e ao nível da formação

Em alguns dos textos, o autor desenvolve a crise de identidade dos jornalistas. Num artigo de 2004, com o título “Uma certa morte anunciada...”, questiona se o jornalismo não estará em vésperas de desaparecer. Em “Interrogações sobre o futuro”, comunicação de 2018, fala mesmo de um jornalismo **“de pés para a cova”** (p. 343).

Com a evolução das tecnologias digitais e o potencial de todos serem produtores de informação, os jornalistas confrontam-se com a perda do monopólio de informar. Mas não só. Nas empresas de comunicação social onde se impõem os interesses comerciais, perdem terreno perante o ascendente de outras atividade de comunicação (ligadas ao marketing e à publicidade). Fora das empresas de comunicação social, adquiriram crescente influência os gabinetes e comunicadores institucionais, com forte capacidade

de moldar a agenda dos media e de aproveitar o emagrecimento e a falta de recursos das redações.

O autor aponta precisamente o dedo à situação de precariedade, exploração, baixos salários dos jornalistas, bem como de aproveitamento de estudantes em estágios pouco ou não remunerados.

Professor ao longo de mais de 40 anos, no plano da formação de jornalistas identifica a explosão de cursos de comunicação ao nível universitário em vários países (o mesmo sucedeu em Portugal a partir dos anos de 1990), mas questiona se a quantidade da formação é acompanhada pela qualidade e dignidade da mesma do ponto de vista técnico e pedagógico... Tema que aborda em “Os equívocos de uma formação”, de 2007.

Sobre a perspectiva de uma morte anunciada do jornalismo, no capítulo “O futuro perante o passado”, que resulta de uma comunicação em Portugal em 2000, defende o *aggiornamento* dos valores essenciais do jornalismo e uma revalorização desta atividade. Que os jornalistas sejam recolocados “**no centro do universo da informação**” (p. 135). Uma recomendação na ordem do dia se pensarmos no debate no espaço público sobre a desinformação. E, para fazer face ao problema da qualidade da informação, não se poderá pura e simplesmente seguir a solução de João IV, no século XVII, de proibir as gazetas “em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”.

### 3) As representações jornalísticas veiculadas pelos media no sentido da “canardização”

Evidentemente que as propriedades estruturais do sistema mediático e a situação dos seus profissionais se reflete qualitativamente nas representações simbólicas.

A informação passou a centrar-se mais em acontecimentos ou pseudoacontecimentos, menos em problemáticas e tendências; a ser temperado por emoções e sensações, menos pela razão e reflexão; a ter como fito mais o divertimento do que a formação. Sob o efeito da concorrência, o autor assinala, adicionalmente, a tendência para a des-hierarquização da informação, a *fait-diversificação* das representações da realidade, o esbatimento de pontos de referência temáticos (política, sociedade, economia, cultura) no mapeamento da atualidade.

Neste ponto gostaria de salientar o primeiro capítulo do livro, publicado em 1979 e intitulado “A lógica do acontecimento”, onde aborda a “acontecimentização da informação” ou a crescente dependência de “acontecimentos fortes” como elementos estruturais da informação. Esta é uma ideia que o autor retoma em vários dos capítulos onde se debruça sobre a qualidade da informação.

No quadro de processos de “canardização” da informação, privilegia-se o singular, o único, o insólito, o extraordinário, a descontinuidade. Como descreve na p. 19,

informação que não privilegia a **“quotidianidade dos homens e o lento encaminhamento das coordenadas da sociedade. É o acontecimento que faz a informação. E não o curso das coisas”**. Numa lógica de protagonização das notícias, os atores e instituições sociais também se envolvem nesta lógica de criação de acontecimentos. Como escreve nas pps. 22-23: **“os meios dirigentes e o poder passarão igualmente a ser produtores de acontecimentos. (...) A vida política e social passa aliás a ser uma sucessão descosida de acontecimentos, fora da história. (...) Mas o pseudoacontecimento produzido pelo poder e os meios dirigentes pode, por outro lado, ter uma segunda função: a de escamotear o verdadeiro acontecimento”**.

O acontecimento que se quer espectacular é também cada vez mais marcado pela violência. Citando Pierre Nora, “os media fizeram (...) da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso”.

Ocasionalmente, os media atuam já não apenas como intermediários, mas também como “arma política”, “instrumento de ação”, como sucedeu com o rapto e morte de Aldo Moro, em 1978, pelas Brigadas Vermelhas. Ou mais recentemente com execuções gravadas de jornalistas e outros reféns por grupos extremistas, o que, como bem assinala o autor, sinaliza uma das contradições do jornalismo liberal contemporâneo assim exposto na sua lógica.

O autor também nos faz pensar nos efeitos sociais das coberturas centradas nos acontecimentos negativos, na desordem e na violência, gerando-se no coletivo sentimentos de angústia, medo e insegurança. O capítulo talvez com um dos títulos mais apelativos do livro, “As núpcias bárbaras”, de 2009, incide precisamente sobre os usos estratégicos dos media por parte de grupos extremistas que procuram a exposição mediática da violência que perpetraram para alcançar os seus objetivos.

Outra vertente para pensar a informação acontecimental é explorada no capítulo “A vertigem francófona”. Trata-se da revisitação do contributo publicado em 1994 na obra *O 25 de Abril nos media internacionais*, coordenada por Mário Mesquita e José Rebelo. O capítulo incide na cobertura jornalística do período entre 1974 e 1975 em Portugal pelos media francófonos. Não integrando Portugal as “nações de elite”, o destacamento de enviados especiais pelos media francófonos favoreceu uma cobertura baseada em acontecimentos fortes e caracterizada pela descontinuidade, sem captar a “big picture” e fornecendo uma “visão em mosaico”. Não foi realizado um trabalho de análise e identificação dos agentes e das movimentações políticas e militares cruciais para compreender os acontecimentos.

Por outro lado, como desenvolve em “Duas faces da história”, de 2009, os enviados de países estrangeiros procuravam responder a questões que eram, antes de mais, de política interna. Como escreve na p. 253: **“Os jornalistas espanhóis perguntavam-se se a democracia seria possível depois de Franco. Os franceses interrogavam-se sobre a questão da viabilidade da *union de la gauche* entre os socialistas, comunistas e radicais de esquerda, quando o socialista François Mitterrand acabava de falhar por pouco a sua eleição à Presidência da República, face ao liberal Valéry Giscard**

**d’Estaing. Os italianos procuravam detetar a plausibilidade do *compromesso storico* que o comunista Enrico Berlinguer propunha ao democrata-cristão Aldo Moro. Enquanto para a maior parte dos outros, sobretudo os do mundo anglo-saxão, três questões se punham: Portugal passaria a ser uma democracia parlamentar formal, como a deles? Dotar-se-ia de uma economia de mercado livre, como a deles? As colónias portuguesas entrariam na zona de influência do “mundo ocidental”, ou seja: o deles?”**

#### 4) Os desequilíbrios de poder

Como homem nascido e agora residente no Fundão, Nobre-Correia tem especial sensibilidade para os meios locais e regionais, questão que desenvolve, nomeadamente, em “Fomentar uma nova dinâmica”, de 2009, e “Razões que explicam a miséria”, de 2014.

Aqui critica a macrocefalia de Lisboa e alerta para os desequilíbrios, na geografia dos media, entre litoral e interior, norte e sul. Questiona o verdadeiro alcance geográfico dos designados media nacionais, em particular, a imprensa, cujos valores de circulação em papel, como sabemos, têm conhecido declínios dramáticos nos últimos anos. Propõe inclusivamente medidas para apoio à comunicação social local e regional – ainda que o debate hoje em dia, na sequência de um apelo do Presidente da República, já se situe no plano do apoio a todo o setor dos media, que atravessa uma grave crise de sustentabilidade.

Na verdade, traçando um paralelo dos desequilíbrios de poder na distribuição dos media, no capítulo “Do entorpecimento do jornalismo”, de 1993, o autor também questiona a paisagem europeia. Na p. 69 compara a União Europeia a um **“arquipélago composto por algumas grandes capitais que ditarão a informação que convirá recolher, tratar e difundir. Um arquipélago perdido no meio de um vasto deserto cultural de regiões que deixarão de encontrar na imprensa, na rádio e na televisão um reflexo da sua vida quotidiana...”**.

Mas, e esta é uma questão que deixo ao próprio autor, como articular esta preocupação com outra de natureza geoestratégica, enunciada no artigo “Uma afirmação problemática”, de 2007/2008, p. 203, em que se interroga: **“poderá a União Europeia constituir-se como nação sem se dotar de um sistema mediático forte onde possa afirmar a sua identidade, mas também a sua conceção plural própria da democracia política, da democracia social e da democracia cultural?”** Sistema que sirva de contrapeso face à hegemonia norte-americana nas indústrias culturais (lato senso), sendo certo que, digamos, é fator condicionante a diversidade linguística e cultural do espaço europeu?

No capítulo “Um olhar equívoco”, de 1995, analisa e critica os media belgas pela forma como tratam os “estrangeiros”, mantendo um paradigma anacrónico no contexto de uma sociedade cada vez mais plural e cosmopolita: os estrangeiros só têm visibilidade pelo “exótico” dos seus costumes ou em associação a *fait-divers*, o que provoca a sua exclusão simbólica. Como escreve na p. 88: **“Nestes *fait-divers*, os “autóctones” são quase sempre vítimas, e os “estrangeiros” agressores”**. Volta longamente a este tema em “Os media e a exclusão”, de 1996, tema bastante atual num contexto de reemergência na Europa dos nacionalismos e de propagação de discursos de ódio.

Ainda associado a este tema dos desequilíbrios de poder, não apenas os públicos se fragmentaram mas também dualizaram. Em vários momentos o autor reflete sobre a sociedade mediática a duas velocidades: de um lado, quem pode pagar tem acesso a programas e conteúdos de qualidade; quem não pode pagar, terá acesso a conteúdos de menor qualidade determinados pela prioridade do fator comercial.

Como se vê, são muitos os fios de Ariadne que a obra convida a percorrer. As questões e as dúvidas colocadas em torno do triângulo media, informação e democracia são prementes e atuais. Procurei trazer algumas dessas interrogações, que expressam a riqueza dos textos que compõem o livro e convidam à sua leitura. Em última análise, é uma obra que interpela sobre o sentido e o significado das funções democráticas dos media na sociedade contemporânea, a sua responsabilidade social, mas também sobre a responsabilidade de cada um de nós enquanto cidadãos de entendermos a exigência de uma informação de qualidade como *praxis*, como uma forma de ação cívica e política.